IV CONGRESSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO E ADUANEIRO DA RECEITA FEDERAL

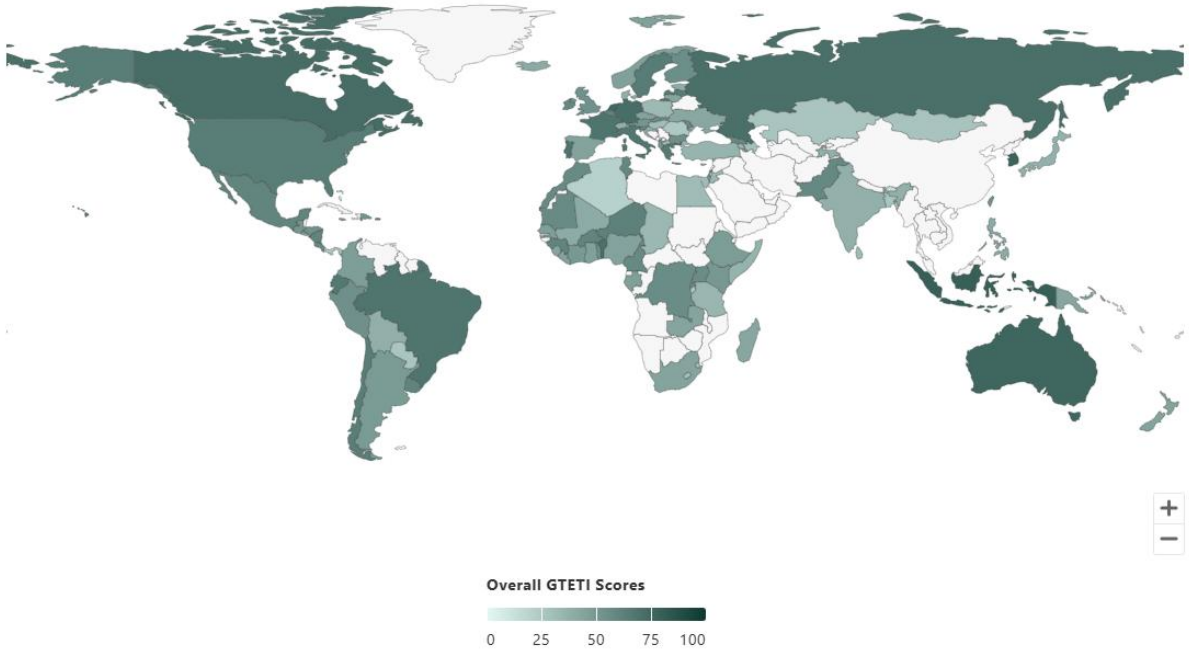
Tributação, Inteligência e Justiça Fiscal

Governança de Gastos Tributários

Rodrigo Verly

Outubro de 2026

TRANSPARÊNCIA



GTETI Global Tax Expenditures Transparency Index

Country / Jurisdiction	GTETI Ranking ▲	Overall GTETI Score /100
Indonesia	1	79.9 ▲ 6.5
Korea, Republic of	2	78.3 ▲ 2.2
Australia	3	76.3 ▲ 12.5
Netherlands	4	75.5 ▲ 12
Canada	5	72.9 ▲ 2.2
Germany	6	72.2 ▲ 2.9
Russian Federation	7	71.3 ▲ 10.6
Benin	8	71.0 ▲ 6.5
France	9	68.9 ▲ 0.2
Brazil	10	68.8 ▲ 3.5

TRANSPARÊNCIA

CONSOLIDADO

- **DEMONSTRATIVO DE GASTOS TRIBUTÁRIOS (1989)**

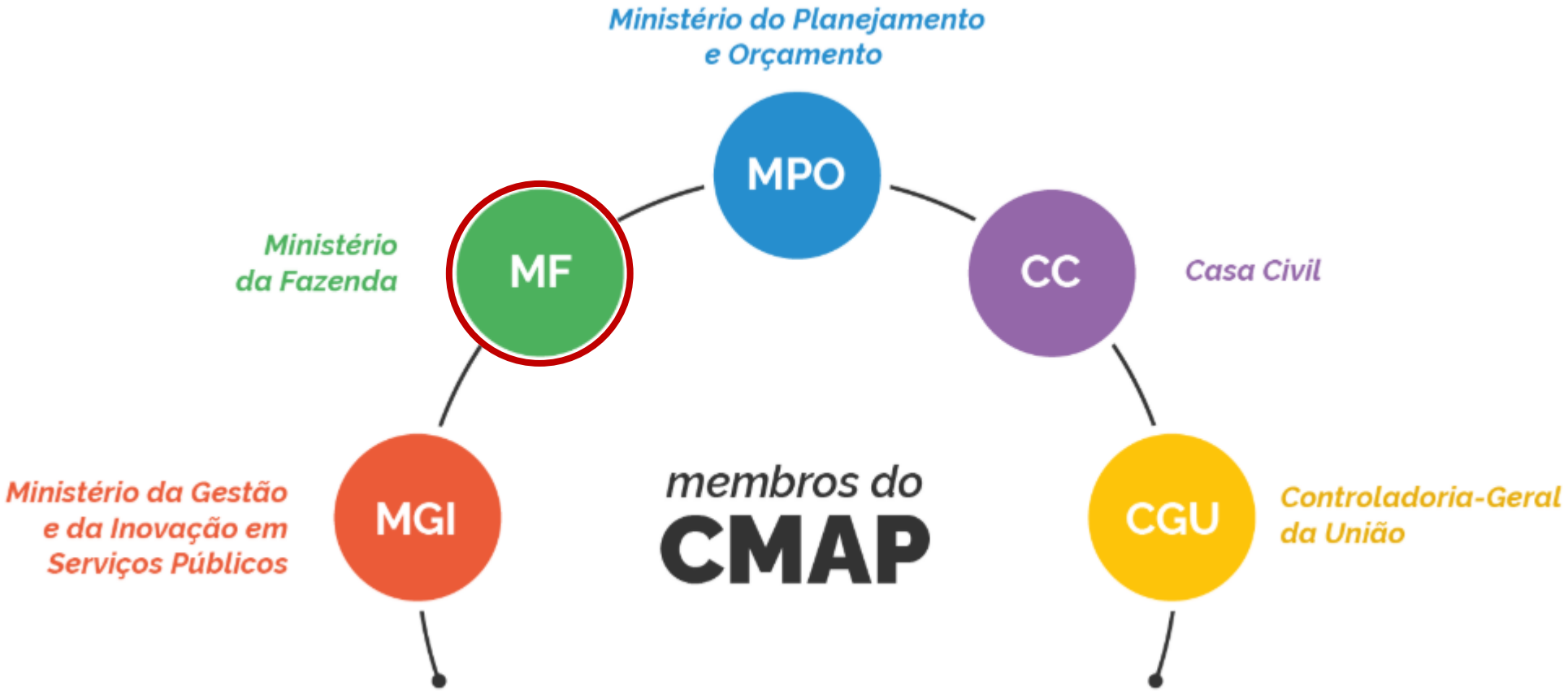
TRANSPARÊNCIA

CONSOLIDADO	• DEMONSTRATIVO DE GASTOS TRIBUTÁRIOS (1989)
OTIMIZAÇÃO	• TRANSPARÊNCIA ATIVA - RFB / CMAP / TCU

TRANSPARÊNCIA

CONSOLIDADO	• DEMONSTRATIVO DE GASTOS TRIBUTÁRIOS (1989)
OTIMIZAÇÃO	• TRANSPARÊNCIA ATIVA - RFB / CMAP / TCU
VISÃO DE FUTURO	• REFORMA DO CONSUMO - TRANSPARÊNCIA CBS E IBS

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA



ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

CONSOLIDADO

- **INSTITUIÇÃO DO CONSELHO DE MONITORAMENTO (2019)**

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

CONSOLIDADO	• INSTITUIÇÃO DO CONSELHO DE MONITORAMENTO (2019)
OTIMIZAÇÃO	• RESULTADO PRÁTICO DA (FALTA DE) AVALIAÇÃO (2025)

LCP 224

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

CONSOLIDADO	• INSTITUIÇÃO DO CONSELHO DE MONITORAMENTO (2019)
OTIMIZAÇÃO	• RESULTADO PRÁTICO DA (FALTA DE) AVALIAÇÃO (2025)
VISÃO DE FUTURO	• REGULAMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO PELO CMAP

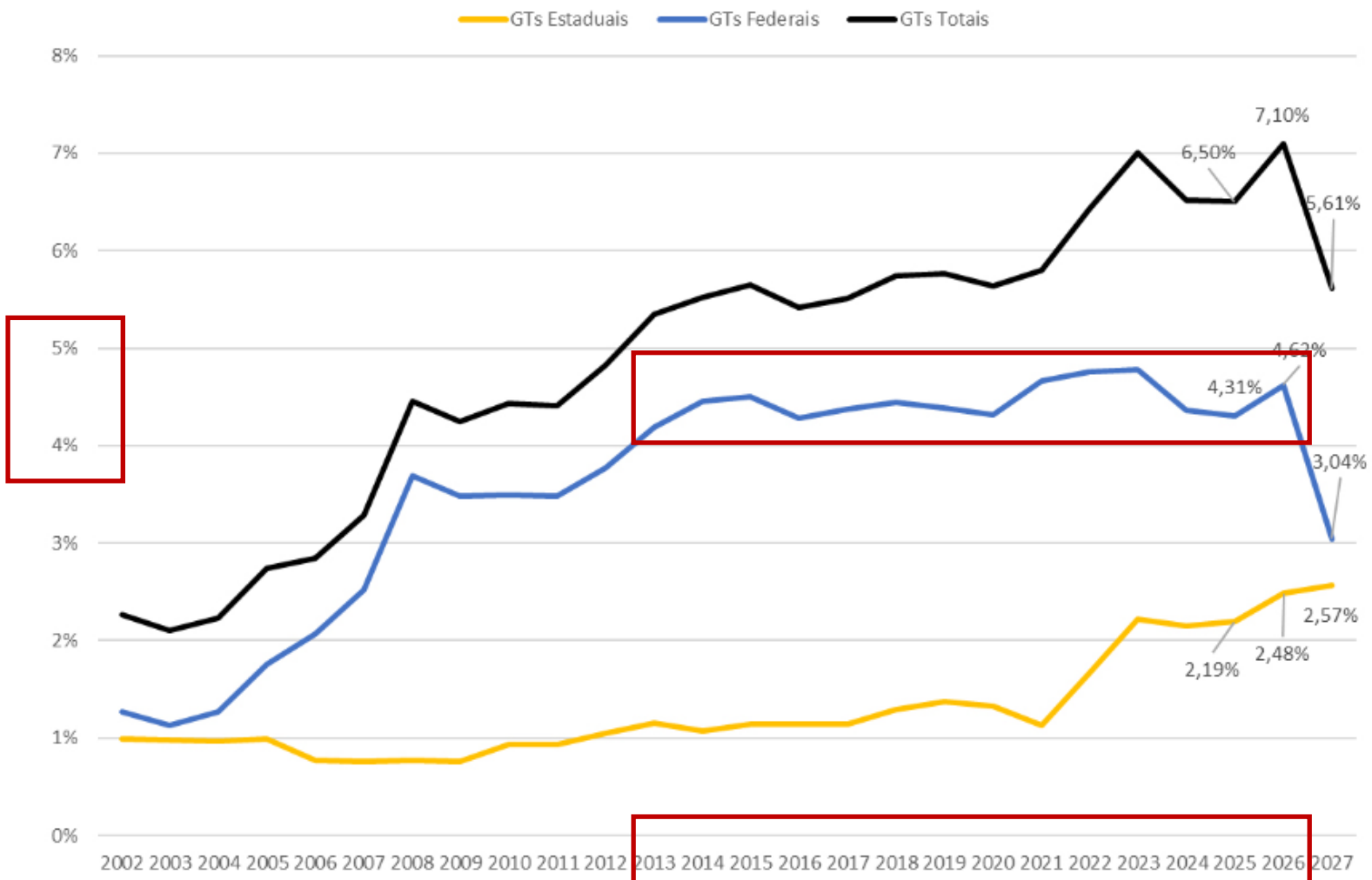
LCP 224

LCP 224

TETO DE GASTOS

FGV IBRE
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

Figura 1 – Série histórica de Gastos Tributários (em % do PIB)



Fonte: CPFO/IBRE.

TETO DE GASTOS

CONSOLIDADO

- **LIMITE MÁXIMO (IDEALIZADO) DE 2% DO PIB (2021)**

TETO DE GASTOS

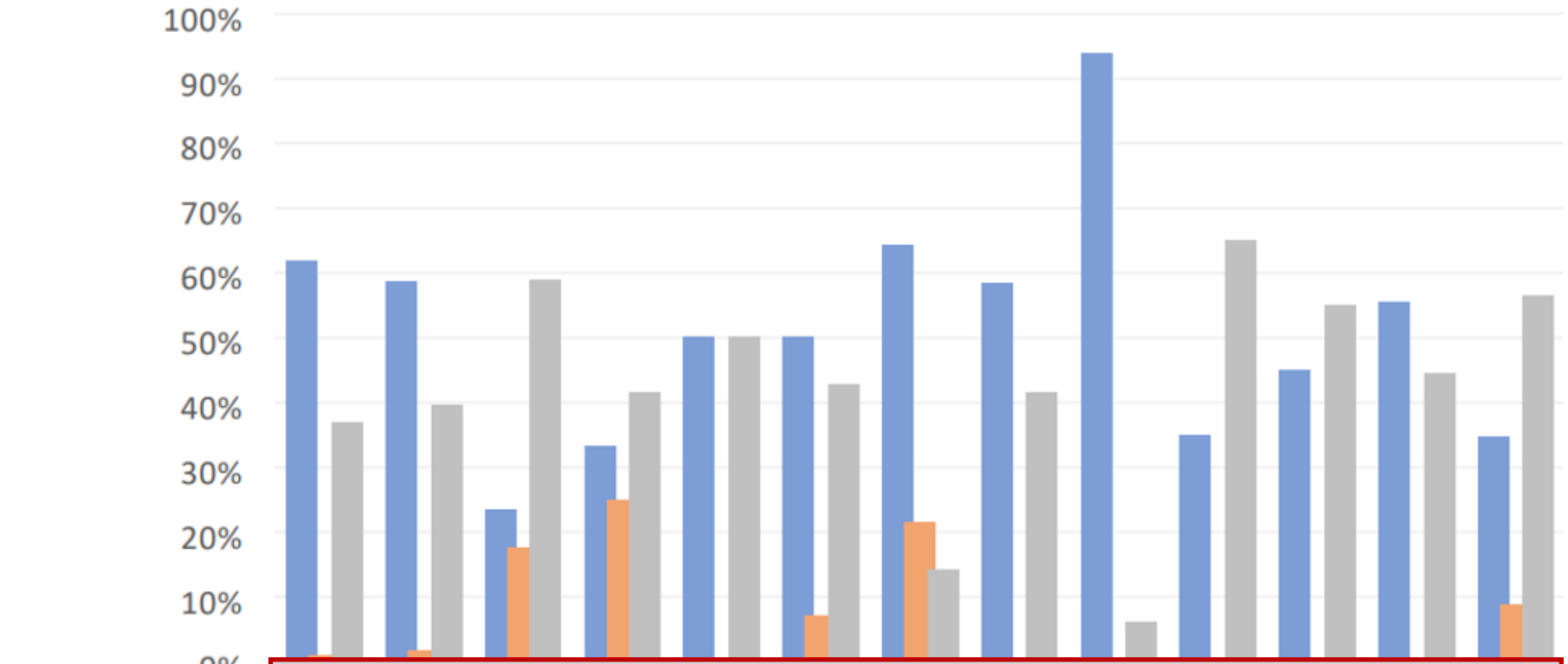
CONSOLIDADO	• LIMITE MÁXIMO (IDEALIZADO) DE 2% DO PIB (2021)
OTIMIZAÇÃO	• DÉFICIT PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (2024)

TETO DE GASTOS

CONSOLIDADO	• LIMITE MÁXIMO (IDEALIZADO) DE 2% DO PIB (2021)
OTIMIZAÇÃO	• DÉFICIT PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (2024)
VISÃO DE FUTURO	• LIMITE MÁXIMO EFETIVO DE 2% DO PIB (2025)

LCP 224

PRAZO DE VIGÊNCIA



	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<=5 anos	62%	59%	24%	33%	50%	50%	64%	58%	94%	35%	45%	56%	35%
>5 anos	1%	2%	18%	25%	0%	7%	21%	0%	0%	0%	0%	0%	9%
Indeterminado	37%	40%	59%	42%	50%	43%	14%	42%	6%	65%	55%	44%	57%

PRAZO DE VIGÊNCIA

CONSOLIDADO

- **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (2012)**

PRAZO DE VIGÊNCIA

CONSOLIDADO	• LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (2012)
OTIMIZAÇÃO	• ELEVAÇÃO DO STATUS NORMATIVO (2025)

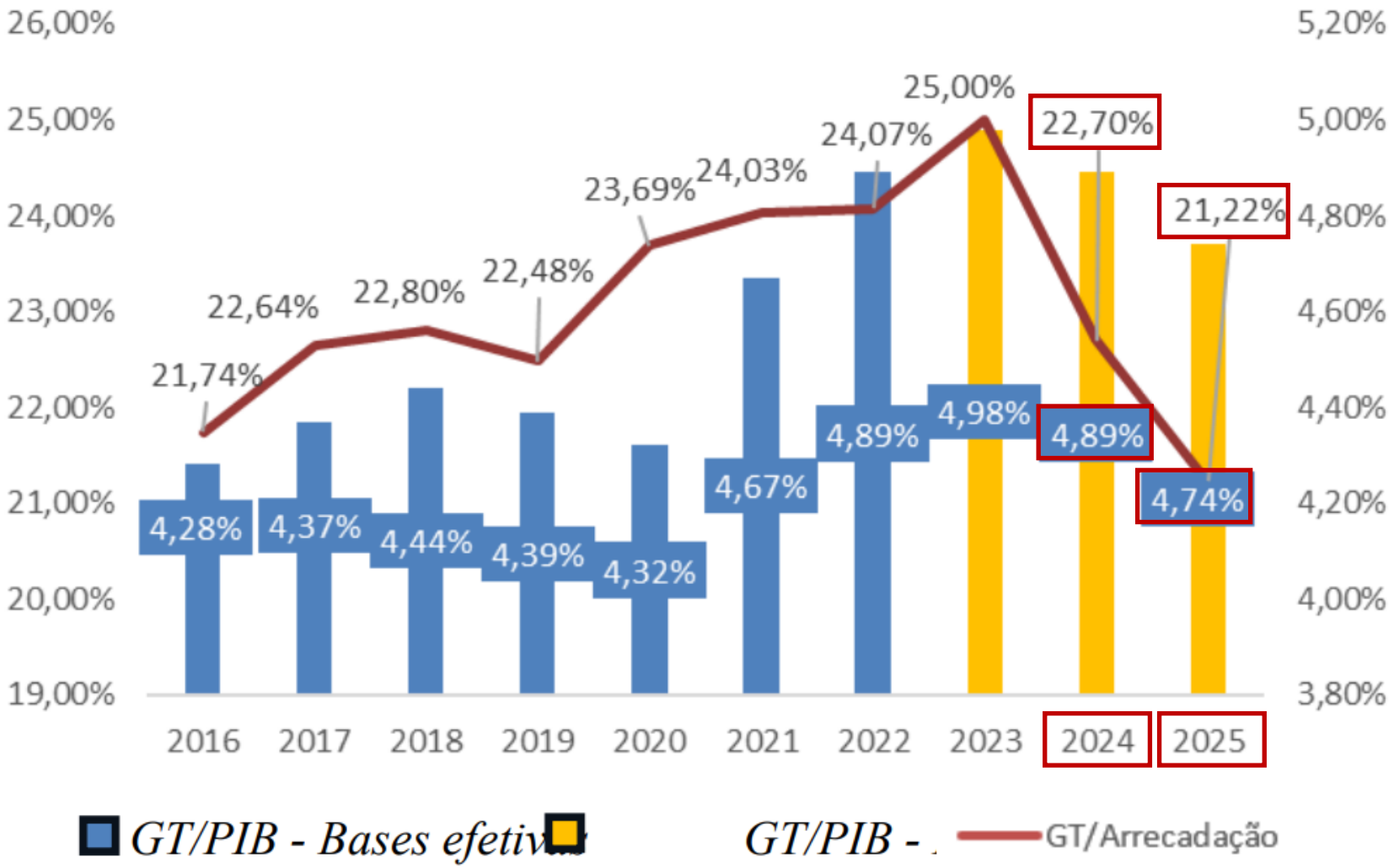
LCP 224

PRAZO DE VIGÊNCIA

CONSOLIDADO	• LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (2012)
OTIMIZAÇÃO	• ELEVAÇÃO DO STATUS NORMATIVO (2025)
VISÃO DE FUTURO	• REVISÃO DE BENEFÍCIOS PERENES

LCP 224

EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO



EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

CONSOLIDADO

- **ESTIMATIVA + ORÇAMENTO/COMPENSAÇÃO (2000)**

EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

CONSOLIDADO	• ESTIMATIVA + ORÇAMENTO/COMPENSAÇÃO (2000)
OTIMIZAÇÃO	• CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESTIMATIVA (2016)

EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

CONSOLIDADO	• ESTIMATIVA + ORÇAMENTO/COMPENSAÇÃO (2000)
OTIMIZAÇÃO	• CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESTIMATIVA (2016)
VISÃO DE FUTURO	• CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO/COMPENSAÇÃO

IV CONGRESSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO E ADUANEIRO DA RECEITA FEDERAL

Tributação, Inteligência e Justiça Fiscal

GOVERNANÇA DE GASTOS TRIBUTÁRIOS

APOIO

BID

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

REALIZAÇÃO

Receita Federal

MINISTÉRIO DA FAZENDA